

Outros artigos

A construção da identidade de mulheres artesãs

MARIA HELENA SANTANA CRUZ

helenacruz@uol.com.br

Universidade Federal de Sergipe, Brasil

RESUMO:

O estudo sob a abordagem de gênero, focaliza os modos de vida e a experiência de mulheres artesãs, no município de Nossa Senhora das Dores, distando 48,4 km da capital (Aracaju), com uma população de 20.000, situado no Agreste de Sergipe/Brasil. As mudanças no modo de produção agrário, condicionadas pelo processo de globalização, impactam nos contextos geográficos globais/locais, no rural/urbano, no cotidiano das populações dos pequenos municípios do nordeste brasileiro. Os fazeres populares são repassados/apropriados informalmente por diferentes segmentos, permitindo a reelaboração de identidades que em consonância com os tempos atuais, tendem a ser negociadas, múltiplas e fragmentadas. A utilização da História Oral permitiu utilizar a técnica da entrevista, e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência de um grupo composto por 28 artesãs que trabalham com bonecas de pano. Ao invocar a tradição fica subjacente a idéia de pertencimento a uma comunidade onde fazer boneca é um dentre outros trabalhos femininos, dos quais se distingue pelo modo de trabalhar, pelas técnicas e pela consciência que as artesãs têm do seu fazer.

PALAVRAS-CHAVE:

Gênero, Trabalho, Artesanato, Cultura popular.

INTRODUÇÃO

O estudo focaliza o modo de vida, os padrões de relações sociais do Grupo Renovação, integrado por mulheres artesãs que elaboram bonecas de pano na cidade de Nossa Senhora das Dores, no Agreste nordestino em Sergipe/Brasil. O município tem uma área de 482,6 km², distando 48,4 km da Capital (Aracaju) com uma população de 20.000 habitantes. A história desse município tem início em 4 de outubro de 1606, quando Pero Novais de Sampaio obteve permissão para apastar seus gados e criações. O município nasceu com o nome de Enforcados, por terem sido enforcados gentios, os quais habitavam nessa terra. Segundo o escritor Laudelino Freire, o nome foi mudado por um missionário que foi pregar uma santa missão na comunidade. Durante 62 anos, o município permaneceu com a mesma estrutura administrativa, até que a Lei Estadual n.º 795, de 23 de Outubro de 1920, elevou-o à categoria de cidade de Nossa Senhora das Dores, desmembrada dos municípios de Capela e Divina Pastora.

Embora uma parte das terras localizadas no atual município de Dores tenha sido doada em sesmaria para fins de criação de gado, a sua primeira atividade econômica devidamente registrada foi o cultivo de algodão. Durante as décadas de 20,30 e 40 do século XX, a criação de gado bovino e o cultivo de algodão intercalaram-se como fator maior da atividade econômica dorense. No setor industrial prevalece a tradição das olarias e casas de farinha, com o decorrer do tempo surgiram panificações e marcenarias. Pensar os temas da atualidade deste início de século remete pensar a época da economia globalizada e comunicações instantâneas.

Diniz (1996) evidencia que o debate da questão camponesa passa pela expansão do capitalismo nas áreas rurais, pelas transformações tecnológicas modernizadoras introduzidas no campo, pelos grandes fluxos migratórios para as cidades, pelos estímulos a padrões urbanos

de comportamento e atitudes nas zonas rurais. Também, Brumer (1996), ao discorrer quanto às questões que envolvem a mulher e o desenvolvimento rural, destaca os condicionantes de variações — no grau e tipo de desenvolvimento socioeconômico apresentado por diferentes regiões — que influenciam nos modos como as mulheres se inserem na divisão social do trabalho e nos bens sociais; e, ainda, com as possibilidades para que elas possam existir nessas sociedades. Destacar a questão do trabalho da mulher em arte/artesanato é uma preocupação deste estudo, face às mudanças de base científica e técnica do processo de trabalho capitalista, oriundas da chamada “revolução tecnologia”, e às novas formas de gestão da força de trabalho, acompanhadas de palavras-chave como: “crescimento econômico”, “eficiência”, “desregulamentação” “liberalização do comércio”, “qualidade total”, “centros de excelência”. Estes ingredientes espalham-se pelo mundo e chegaram a países da América Latina — como o Brasil, onde o artesanato se desenvolve mais nas zonas rurais, e seus produtores lidam — ou lidaram — com a agricultura e trabalhos primários. A importância atribuída aos valores artísticos é relacionada com o nível de instrução. No Brasil, essa importância é limitada haja vista que apenas uma parcela da população possui renda suficiente e acesso à educação de boa qualidade.

Mudanças no modo de produção agrário impactam no cotidiano das populações dos pequenos municípios do Nordeste. Muitos autores têm chamado a atenção para a complexidade da relação entre tradição e modernidade, mostrando como, nos interstícios das sociedades complexas, se abrem brechas para a manutenção de certos fazeres artesanais tradicionais que muitos apregoam fadados a inexorável desaparecimento (Dantas, 2006). O município de Nossa Senhora das Dores transita entre o rural e o urbano, apresenta transformações que estão a demandar análises dos novos modos

de vida de mulheres — particularmente a combinação de agricultura familiar e negócios —, e as metamorfoses que assumem a “identidade” mais propriamente “camponesa” e a identidade da mulher artesã.

Pertencer a um grupo social significa compartilhar um modo específico de comportamento. O discurso das artesãs é de importância capital para que sejam entendidos os significados das posições por elas assumidas. As diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de produzir e usufruir os bens, atribuindo-lhes significados e transformando-os em sinais de distinção. A confecção de bonecas de pano no município constitui uma tradição da cultura popular que alimenta o imaginário de crianças de classe ricas e pobres de várias gerações. Pensar o trabalho de mulheres que exercem atividades de artesanato envolve o jogo das diferenças, no qual as regras são definidas nas lutas sociais entre agentes imersos em relações de poder. Essas podem mudar, pois, a cada momento, novos sujeitos e circunstâncias invadem a cena social, modificando as regras do jogo. O universo feminino emerge diferente do masculino, não apenas biologicamente, mas culturalmente, fazendo-se necessário desnaturalizar as diferenças sexuais que se dão no âmbito cultural e histórico, e não na biologia, focalizando as experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento e crenças cristalizadas no imaginário social, etc.

A forte presença do artesanato na sociedade atual pode ser explicada pelo fato de que a produção de objetos numa sociedade de classes é diversificada, não só devido aos próprios mecanismos de produção, mas também pelas demandas diferenciadas dos grupos, os quais marcam sua posição na estrutura social, através da apropriação de objetos. Outros vêm no retorno do artesanato um sinal da mudança de sensibilidade contemporânea, quase uma expressão de revolta contra a valorização do progresso (Lody, 1995).

Nesses últimos anos, a questão do trabalho tem sido analisada em diferentes instâncias definidoras das relações interpessoais, tais como as categorias empíricas que resultaram da necessidade de compreender uma realidade complexa. O trabalho é entendido como prática educativa que rege as relações homem/natureza e homem/homem, porque fonte primordial de conhecimento, riqueza e bem-estar social, diante do avanço das forças produtivas e das novas formas de sua própria organização.

A estrutura reprodutiva, o trabalho, a cultura e as práticas são considerados elementos formadores do indivíduo enquanto pertencente a um grupo, no qual um se define e é definido pelos laços de solidariedade, sem, entretanto, mudar as diferenças individuais. A educação é compreendida como razão (elaboração mental), aprendizagem (trabalho de construção e reconstrução dos conhecimentos elaborados), e conflito (exercício prático do saber); portanto, a educação é ampla, multifacetada,

variável, de conformidade com o “espaço” humano racional em que lhe é possível aflorar. Por isso, existem tipos e formas educacionais diferentes. Nesse sentido, os processos de educação/socialização pelos quais os indivíduos passam são significativos para justificar comportamentos de conformismo vividos nas relações sociais.

As relações sociais de gênero, enquanto categoria de análise, são entendidas como um processo de construção histórica e social de cunho político, justificando articulações entre o campo educacional e a Sociologia do Trabalho. Em outras palavras, as distinções entre trabalhadores mulheres e homens resultam de construções culturais, são produto da cultura e não decorrem de dados biológicos. Os elementos culturais nada significam individualmente, o significado existirá quando esses elementos entram em contraste não significativo os quais são construídos pelos seres humanos, na qualidade de indivíduo de um grupo social (Canclini, 1983). E, por mais que seja igual, o Homem de uma região terá costumes, valores enfim culturas diferentes. Essa diversidade é o lugar privilegiado da cultura.

Portanto, é necessário — ao estudar a cultura — identificar o tempo, lugar, grupo social, sem a preocupação de “avaliar” do ponto de vista político e estético, mas, atentando para o seu fazer. Entendeu-se que as mulheres artesãs quando “reproduzem” objetos e práticas supostamente cristalizados no tempo e no espaço, acabam por produzir versões modificadas, tornando-se quase impossível não agrupar novos significados e conotações.

METODOLOGIA ADOTADA NO ESTUDO

A utilização da História Oral permitiu dar voz às artesãs, obter suas diferentes versões e percepções acerca do mesmo fato, entendendo-se que a Nova Memória é o vivido, e a história é o elaborado (Bourdieu, 1974). O estudo realizou-se no espaço/tempo do município de Nossa Senhora das Dores (Sergipe/Brasil em 2007/2), articulando-se várias fontes entre si, como: diário de campo, observação participante com o grupo e a realização de 28 entrevistas com artesãs, para o registro de suas narrativas e a análise de práticas sociais entendidas como produto e efeito condicionado das estruturas. No processo da memória das artesãs estão presentes a seletividade e o esquecimento (Lobo, 1986). Suas reminiscências colaboram na constituição da memória histórica, permitindo uma interpretação das representações, valores e costumes das artesãs (Freitas, 2002). Os objetivos da pesquisa e a natureza dos instrumentos adotados nortearam a adoção da análise de conteúdo temático (Bardin, 1995), evidenciando que a constituição do sujeito é um processo complexo, multifacetado e ininterrupto onde a participação dos outros sujeitos tem relevância significativa, mas não determinante nas

suas escolhas, de maneira a singularizar algo que é socialmente partilhado.

Através dos *ditos* e *não ditos*, procura-se reconstruir as histórias dessas mulheres, a partir do *micro*, ou seja, do trabalho de artesanato com bonecas de pano — e equacionar uma representação *macro* (guardadas as devidas proporções) das representações coletadas —, configurando um resultado que apontará para a efetivação dos modos do trabalho, bem como do perfil das mulheres estudadas. Compreende-se que as verdades adormecidas podem ressurgir de uma memória esquecida, ressignificando-se o passado/presente, numa tentativa de síntese, de integração e religação. Percebe-se *quando* e *como* as memórias pessoais se fundem com a memória coletiva das artesãs que, com suas singularidades e portanto diferenças, se inscrevem — não apenas como memórias individuais —, mas trazendo através de suas histórias a chamada “memória oficial” ritualizada e institucionalizada no cotidiano.

Por exemplo, Le Goff toma o conceito de memória tal como ela se apresenta nas Ciências Humanas (fundamentalmente na História e Antropologia), entendida como:

propriedade de conservar certas informações, remete-nos primeiro a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (...) O processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios (Le Goff, 1996, p. 423).

Na região do Nordeste brasileiro, o Estado de Sergipe, em particular N. S. das Dores, insere-se no contexto de desenvolvimento periférico. As relações sociais se estruturam na base de tutela, favor, disciplina, reproduzindo-se e expandindo-se através de mecanismos diversos que podem ser observados em sua lógica, na dinâmica da interação existente entre todos os grupos, em especial entre aqueles da organização industrial, uma vez que a fábrica e o que as pessoas constroem a partir de suas experiências refletem as mudanças da sociedade, reafirmando um modo político de ser.

Em face da herança cultural, o espaço geográfico e temporal onde o indivíduo está inserido engendra estruturas condicionantes de determinados modos de ser. As artesãs são sujeitos/atores individuais e coletivos, são — ao mesmo tempo — produtores e produtos das relações sociais refletidos no conjunto do sistema de valores e nas normas de comportamento da sociedade (Cruz, 2005). A inclusão das mulheres na sociedade civil, como membros de um gênero, na qualidade de indivíduo, também, é a inclusão delas como membro de um sexo, na qualidade de mulheres. Isso implica que “o corpo, o sexo e a diferença sexual são inseparáveis da subordinação civil” (Pateman, 1993, p. 329).

É essencial, tanto do ponto de vista analítico quanto político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sócio-biológica da espécie, contextualizados histórica e culturalmente. A partir da sociologia clássica de Weber (1964, p. 184), compreende-se que as origens da dominação da mulher no trabalho são vistas como fundadas na forma arcaica de dominação patriarcal, podendo ser observada tanto no interior das relações familiares atuais, como no sistema feudal, contrapondo-se às outras formas de dominação observadas na sociedade. A este respeito, para Castells,

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também, são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo (Castells, 1999, p. 169).

Entende-se que a movimentação da mulher para a esfera pública do trabalho é parte integrante do processo de democratização da vida social, o qual permite abranger os interesses das (os) trabalhadoras (es). Na maioria das regiões do mundo, a taxa da força de trabalho feminina aumentou, tanto nos períodos de prosperidade quanto nos de recessão, enquanto a participação masculina tem decrescido na maioria das regiões. As mulheres continuam ativas economicamente mesmo durante o período em que estão gerando e cuidando dos filhos.

O trabalho feminino foi um dos primeiros temas dos quais as feministas marcam presença na vida universitária no final dos anos 60, do século XX. Sob influência marxista, procurava-se explicar a participação das mulheres no mercado de trabalho, a partir dos desenvolvimentos industrial e tecnológico, considerando as condições de sua inclusão na força de trabalho. A este respeito, o debate em torno do “trabalho doméstico” e da participação das mulheres na força de trabalho permitiu estabelecer relações entre as famílias, o trabalho e a política, a partir de uma perspectiva das relações de gênero. Os estudos inerentes à mulher, à sua participação na sociedade, etc., tiveram maior notoriedade e abriram novos espaços após a incorporação do gênero, como categoria de análise, ressaltando as diferenças e a concepção da realidade histórica social e culturalmente constituída.

A emergência do tema nos anos 70 do século XX teve como pressupostos reintegrar a mulher à história e restituir a elas sua história; assim foi priorizado o trabalho feminino. Entre as décadas de 80 e 90 do século XX

ocorreram mudanças profundas nas abordagens teórico-metodológicas, não apenas no que se refere às problematizações levantadas pelo feminismo, mas também da psicanálise, do novo historicismo, etc. Atribuiu-se maior importância em escrever uma história relativa às mulheres, na qual estas passariam a ser sujeitos da história e objeto de estudo. Rachel Soihet (1998) destaca, especificamente, as dificuldades enfrentadas de orientação bibliográfica durante a década de 80 do século XX, quando algumas historiadoras tentaram desmistificar a submissão e passividade feminina. Compreende-se que não se deve excluir a abordagem das mulheres no terreno da política formal, e nem ignorar manifestações nas quais usavam o corpo como arma, grito, batendo painéis protagonizando ruidosas aglomerações (Scott, 1990).

AS EXPERIÊNCIAS DAS ARTESÃS

O entendimento do mundo doméstico implica aprender como a família conduz a produção para o consumo. Em todas as sociedades, a família é normalmente a menor das unidades organizadas para a produção e consumo, com tendência a ser autônoma no que se refere às necessidades normais de seus membros. O trabalho envolvido na satisfação destas necessidades é distribuído entre seus membros, de tal maneira que as atividades de cada um são um complemento das atividades dos outros. A família constitui-se como um grupo dentro do qual se dá a reprodução biológica e a socialização básica; estabelece, através do parentesco, a ligação entre o passado e o presente e, o que é mais importante, entre o presente e o futuro. A vida presente determina a dinamicidade, a continuidade dos costumes e valores da família. Esse processo se caracteriza, simultaneamente, pela elaboração de uma estratégia de sobrevivência imediata e de um projeto para o futuro.

A exclusão dos espaços públicos é considerada um indicador mais evidente da discriminação das mulheres. Por exemplo, as mulheres vivem a experiência de participação nos espaços políticos com uma intensificação de sua qualidade de sujeitos. Aprendem a falar, a colocar questões novas referentes às suas experiências individuais e fragmentadas (Durham, 1984). Revela-se um imaginário político e social, o qual foi construído definindo o espaço político como predominantemente masculino. O estudo das modalidades, através das quais as mulheres marcam presença nos espaços públicos, é — necessariamente — um indicativo de sua maior participação e do enfraquecimento do patriarcalismo (Castells, 1999). Os domínios do público e do privado, dos trabalhos masculino e feminino eram fortemente marcados. O lugar da mulher era a esfera privada, no âmbito da família, o âmbito doméstico; a esfera pública, o poder, o trabalho fora de casa, eram espaços considerados eminentemente

masculinos. Os próprios argumentos das artesãs neste estudo, elucidam a construção do sentido dado ao comportamento de cada um dos sexos; tal sentido se torna consensual na comunicação dos diferentes grupos e segmentos sociais, e está presente nos indivíduos e nos espaços em que eles interatuam.

No vasto campo do artesanato brasileiro, hoje saudado como um dos setores dinâmicos da economia do País e um dos responsáveis pela produção de sentidos do lugar, num mundo cada vez mais globalizado, as artesãs bonequeiras estão inseridas na modernidade tanto quanto na tradição que não significa enrijecimento e fechamento em si. Ao invocar a tradição, fica subjacente a idéia de pertencimento a uma comunidade, onde fazer boneca é um trabalho — dentre outros do mundo feminino —, no qual essas artesãs se distinguem devido ao modo de trabalhar, às técnicas e à consciência que têm do seu fazer. Este fazer é o referencial material e simbólico das bonequeiras, que as distingue de outras artesãs e lhes confere um sentido próprio (Dantas, 2006).

A atividade artesanal é constituída por *saberes tácitos* femininos; e, por essa via, os fazeres populares são repassados informalmente, transmitidos por vários canais de comunicação e são apropriados por diferentes segmentos, constituindo-se ainda, como práticas do presente, que se reproduzem no diálogo com a contemporaneidade, como espaço para a reelaboração e a recriação de identidades, as quais, em consonância com os tempos atuais, tendem a ser negociadas, múltiplas e fragmentadas (Hall, 1999). A ênfase na qualificação como um processo de construção social pode ser explorada conceitualmente conforme Wood de modo a desvendar este campo extremamente interessante, o das chamadas qualificações sociais ou *tácitas* (Wood, 1984), um tipo de conhecimento que, embora fundamental para a aquisição e para o desenvolvimento de tarefas qualificadas, é sempre apreendido através da experiência subjetiva, sendo muito difícil (por que não dizer impossível?) a sua transmissão através da modalidade da linguagem explícita e formalizada.

A abordagem das qualificações sociais femininas traz elementos elucidativos para o campo educacional, desenvolvendo a sensibilidade dos estudiosos, mediante o conhecimento dos processos coletivos de construção de qualificações e qualidades de gênero, permitindo questionar as *ideologias*, como discursos que buscam impedir a emergência de teorizações práticas de mudanças, identificando-se a tendência à perda do potencial emancipador de mulheres, ressaltando-se os aspectos culturais e os processos de socialização em ambas as esferas vitais. Esses processos fortalecem o sistema patriarcal e estruturam as identidades diferenciadas de acordo com os gêneros.

A utilização da perspectiva de gênero na análise das qualificações femininas permite identificar, por exemplo,

que as habilidades adquiridas pelas mulheres artesãs no espaço doméstico são, posteriormente, apropriadas por essa mesma sociedade na sua dimensão capitalista, possibilitando a intensificação da produtividade e da criação de excedente. Em síntese, o capital serve-se das diferenças, naturalizando-as. Atualmente, preconiza-se que as qualidades informais apresentadas pelas mulheres poderão ser revalorizadas como credenciais femininas, no mundo do trabalho, o que ensejaria maiores oportunidades para elas e maior valorização de suas qualificações e habilidades. Isto se fundamenta na noção de que as mulheres levam para o trabalho qualificações sociais/competências/habilidades/atributos adquiridos nas esferas da reprodução que, combinados aos seus saberes formais, compõem a desejada flexibilidade do trabalhador.

As artesãs/bonequeiras trazem com elas os detalhes da “arte” do mundo da casa que aprenderam com suas avós, mães e mulheres próximas. Desde o início da colonização, as mulheres brasileiras contribuíram para ampliar e enriquecer a cultura e os costumes, desenvolvendo no processo de socialização primária no âmbito doméstico, atividades manuais próprias para o sexo feminino. Nesse sentido, a individualidade de cada cultura é ilustrada pela sua capacidade de perpetuar-se e sobreviver à extinção de qualquer das personalidades que dela participam ou de todas as que dela participam, em qualquer período da história. Esta capacidade vem de seu papel dominante na formação das personalidades dos novos indivíduos, os quais, devido a terem nascido numa determinada sociedade, ficam sujeitos às influências de determinada cultura.

A vereadora Valdete Garcia, de Nossa Senhora das Dores, em 1997, convidou a professora da comunidade local Terezinha Barbosa dos Santos, para fundar o *Grupo Renovação*, visando resgatar e fortalecer as tradições e conquistas que conformam a identidade da cultura popular dorense. Os integrantes do grupo são predominantemente senhoras idosas que desenvolvem atividades de confecção de bonecas, bancos, rendendê, crochê, ponto de cruz, pintura, fuxico, renda de almofada, entre outros produtos artesanais. Em seu processo de formação o grupo *enfrentou barreiras* culturais, ou formas de resistências interna. Por exemplo, as próprias artesãs sentiam dificuldade para reconhecer a atividade artesanal como valor de uso, a ser transformada em valor de troca no mercado. Isso ocorre mediante a introjeção de normas e classificações que criam e forjam as idéias e imagens quanto à banalização do seu trabalho com artesanato, tradicionalmente desenvolvido no espaço privado da família. Ou seja, o não reconhecimento das qualidades que se lhes demandam (destreza, minúcia, rapidez etc.) aparece como socialmente legítimo, visto que essas qualidades são julgadas como devendo ser inatas, e não adquiridas, como sendo fatos da natureza, e não da cultura.

Nas falas das artesãs emerge a dimensão da formação, *os diversos processos que educam as mulheres*, contribuindo, inclusive, para que — freqüentemente — elas se reconheçam como desqualificadas.

Foi difícil convencer as participantes/senhoras do Grupo Renovação, de que elas eram capazes de fazer artesanato de qualidade, usar seus saberes para comercialização, ou seja, para firmar as raízes históricas da confecção das bonecas no município de Nossa Senhora das Dores. Essa atividade sempre ficou restrita às mães e às avós, que confeccionavam as bonecas para as crianças da família, e algumas para crianças ricas.

No espaço privado, ou seja, a casa, a família, para a mulher — tradicionalmente — era mais fácil desenvolver as habilidades manuais relativas ao artesanato. A mulher deveria sempre ficar restrita aos serviços domésticos, sem autonomia, condição de emancipação, considerada como um objeto, ou uma propriedade. Os homens tinham o espaço público, a rua, o trabalho fora de casa. Nesse ponto, os estudos feministas e de gênero procuram dar visibilidade à mulher como objeto da história, desnaturalizando-a. A concepção de gênero se constrói nas diferenças, nas tensões e debates, nas visões diferenciadas dos seus interpretantes. Conforme Orlandi, “discursos são espaços fundadores da identidade histórica: é memória temporalizada que se apresenta como institucional, legítima” (Orlandi, 1993, p. 13).

Não ter um espaço próprio para o grupo Renovação constitui uma dificuldade para fortalecer a tradição, a construção de uma identidade de trabalhadora, para a inserção no mundo da produção, para divulgar e comercializar os produtos do grupo. Conforme uma das artesãs: “as dificuldades foram vencidas com o tempo, consolidando a formação e importância social do grupo”. Atualmente o grupo funciona no Clube Dorense, em espaço amplo, suficiente para a realização de suas atividades.

A célebre artista plástica sergipana Hortência Barreto, após visitar o grupo de artesãs, tornou-se incentivadora e consumidora entusiasta de seus produtos. Posteriormente, em entrevista ao *Jornal da Cidade de Aracaju*, em 23 de fevereiro de 2002, divulgou informações sobre a importância do trabalho das bonequeiras, destacando o tipo de material por elas utilizado, a técnica das artesãs, resgatando a temática das bonecas em suas telas e exposições, no país e no exterior.

PERFIL DAS PARTICIPANTES DO GRUPO RENOVAÇÃO

O grupo integra 97 artesãs de diversas categorias: aposentadas, trabalhadoras rurais, empregadas domésticas,

donas-de-casa, babás, entre outras. Em geral, a atividade artesanal é dividida entre o trabalho na roça, o plantio no fundo de suas casas, ou em terras de fazendeiros da região. O grupo desenvolve outras atividades como: dança, teatro, costura, bordados, viagens de lazer, seminários, cursos de capacitação e discussões relativas à organização e ao futuro do grupo.

Entre as participantes, onze são da terceira idade, ou idosas/viúvas responsáveis pelo orçamento da família (chefes de família). Se o universo do artesanato na região é majoritariamente feminino, a velhice atualmente também é feminina. No Brasil, o Censo Demográfico de 1991 revelou que de um “país jovem” passamos predominantemente a um país maduro e estamos a caminho do envelhecimento; a forma de nossa pirâmide etária passa por um processo de transformação onde a base se estreita, o meio e o ápice se alargam, sobretudo no lado feminino. A proporção de mulheres de mais de 60 anos é superior à masculina, consequência da maior expectativa de vida ao nascer que permite às mulheres sobreviverem aos seus contemporâneos homens.

As gerações, como as classes sociais, não existem isoladamente, mas em referência mútua, em contraposição ou até oposição umas às outras. Uma geração é — ou se torna — aquilo que o jogo do poder permite nas relações com as outras. É preciso lembrar sempre que, no interior de cada grupo geracional ou de idade, constroem-se representações, identidades e situações sociais que se confrontam com as de outros grupos e categorias sociais (Britto da Motta, 1999). Ao mesmo tempo, essas relações realizam-se em articulação com condições identitárias definidas a partir de outras categorias relacionais, principalmente, gênero, classe social e etnia.

A fé católica é marcante entre as artesãs que trabalham sob a proteção dos santos de sua devoção, ora exercendo a sua arte e transmitindo seus saberes, ora estabelecendo pontes entre a modernidade e a tradição, garantindo a perpetuação da cultura, por meio da arte popular. O casamento é pensado “para toda a vida”, ou seja, a percepção do casamento se insere no ideário das tradições do catolicismo, da família tradicional sertaneja. Neste ponto, a questão conjugal ganha amplitude nas discussões científicas, e também ganha novas dimensões como na sua ligação com a construção das desigualdades de gênero.

Entre as artesãs, a luta pela sobrevivência e o atendimento das necessidades básicas se sobrepuseram à valorização da educação formal. Entre as artesãs sete são analfabetas, embora manifestem expectativas de obter capacitação: “temos vontade de aprender a ler”; outras vinte, cursaram o ensino fundamental completo e três não concluíram esse nível de ensino.

Sabe-se que a escolaridade constitui fator chave para a organização de grupo e para a construção de trajetórias profissionais. No nível das tradições, as trajetórias, biografias e normas sociais refletem desiguais relações de

poder, e impedem o acesso dessas mulheres ao espaço público da sociedade. Existem restrições culturais que, com frequência, impedem as mulheres de terminar a educação básica. Um dos motivos subjacentes das diferenças no acesso ao trabalho decente para homens e mulheres é que estas últimas não tiveram as mesmas oportunidades de formação permanente. Desafortunadamente, nem sempre a educação básica se traduz em melhores oportunidades de emprego. Contudo, é importante que as mulheres artesãs continuem obtendo qualificações para complementar os conhecimentos obtidos na juventude. Tradicionalmente a Unesco define a alfabetização como possuir a capacidade para ler e escrever — compreendendo — um enunciado em seu sentido breve sobre a vida cotidiana (Unesco, 2006¹). Vinte anos depois, a mesma Unesco proporia outra definição, qualificando a alfabetização de funcional quando suficiente para que os indivíduos possam inserir-se adequadamente em seu meio, sendo capazes de desempenhar tarefas em que a leitura, a escrita e o cálculo são demandados para seu próprio desenvolvimento e para o desenvolvimento de sua comunidade.

A média de ganhos do grupo de artesãs, por mês, é insignificante, variando de acordo com a qualidade do trabalho de cada uma; contudo, esse ganho é imprescindível para a geração de renda, contribuindo apenas para a compra de remédios (R\$ 300,00 a R\$ 25,00). Isto porque elas vendem seus produtos separadamente. Um crescente número dessas mulheres trabalha no setor informal da agricultura, como vendedoras ambulantes de comida nos mercados locais, ou seja, têm um segundo trabalho para sobreviver. As artesãs vivem em casas localizadas na periferia do município (próprias ou alugadas), construídas com a mistura de barro e madeira conhecida como taipa, sem saneamento básico. As dificuldades de acesso aos benefícios da Previdência Social são comuns. O interesse por assistência médica emerge como um dos objetivos do grupo visando a elevar a qualidade de vida e enfrentar os estereótipos de idade e geração (Bosi, 1979).

A construção de capacidades para apoiar e empoderar as mulheres (principalmente aquelas que vivem em áreas mais remotas) pode ser fortalecida com a instalação de infra-estrutura básica para desenvolver políticas e programas de capacitação. As artesãs são excluídas do acesso às distintas tecnologias e ao controle destas. Entende-se que a capacitação para aproveitar as tecnologias é uma questão política, inclui não só a mudança nas relações de poder, como também uma redefinição das tecnologias que refletem as necessidades, os interesses e as aspirações das mulheres e dos homens. Em que pese aos numerosos desafios para a equidade, por exemplo, as TICs — Tecnologias de Informação e Comunicação — podem ser adotadas como ferramentas para a transformação social e a igualdade de gênero. As novas tecnologias, em si, oferecem possibilidades sem

precedentes para a interação, assim como eficiência no armazenamento e recuperação de dados. É preciso considerar que as mulheres artesãs podem ter acesso direto aos mercados globais através de iniciativas comerciais por Internet, utilização da rede mundial para apoiar suas atividades com informação sobre mercados e produção.

A passagem de trabalhadora familiar auxiliar sem remuneração, ou de trabalhadora por conta própria, com baixos rendimentos, para um emprego remunerado e assalariado constitui aspecto fundamental para a liberdade e a autodeterminação das mulheres. As desigualdades nos mercados de trabalho atingem mais fortemente as mulheres as quais apresentam mais dificuldades que os homens para superar a pobreza (Castel, 1999). Por isso, diferentes grupos da sociedade civil e organizações internacionais, entre estas a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), envolvem-se em assuntos relacionados com a democratização do âmbito do trabalho, diversidade cultural, o direito e a cidadania.

A pobreza é um fenômeno com múltiplas dimensões. As artesãs, hoje em situação de pobreza, recordam as experiências de prosperidade no município. A dupla jornada de trabalho exercida pelas artesãs constitui a marca de uma sociedade onde a mulher ganhou espaço no mercado, mas não conseguiu fugir do machismo, de que só ela tem o dever de lavar, passar e cozinhar. Essa dupla jornada dificulta o aprimoramento de novas técnicas de produção, a ampliação da quantidade e qualidade dos produtos. A atividade de artesã reproduz valores predominantes da cultura regional onde está presente a “passividade” frente aos poderes constituídos legalmente, bem como processos de submissão ao poder do homem na família. As diferenças sexuais podem ser observadas enquanto construções culturais, lingüísticas e históricas imbuídas de relações de poder.

O grupo de artesanato tornou-se parte das vidas das mulheres e oferece possibilidade de socialização e lazer:

Não tinha o que fazer e a tarde toda, só assisti à novela. No grupo aqui é divertido, posso dançar, conversar, passear e costurar. Contudo, não estou aqui apenas para brincar.

As reuniões do grupo costumam ser muito divertidas e servem de suporte emocional e mesmo de auxílio pessoal. Oh!, eu era solitária, moro sozinha e aqui tenho minhas amigas...

O trabalho artesanal é encarado como atividade complementar, por meio do qual se desenvolvem narrativas orais, formas de sociabilidade, cooperação, solidariedade, acerca das experiências cotidianas: as artesãs choram, riem, dançam e consideram “o grupo a segunda família/

casa”. No cotidiano do grupo as artesãs também enfrentam conflitos, que dificultam, a aprendizagem da experiência, o saber prático, a transmissão de conhecimentos de técnicas específicas do artesanato. A competição emerge nas formas de divisão social do trabalho, entre as atividades das artesãs mais qualificadas, na demanda dos consumidores por produtos com melhor qualidade por elas produzidos. A divisão social do trabalho, essa divisão é um elemento contraditório. Por um lado, ela coloca em risco os vínculos sociais, mas ao mesmo tempo atua como fator de estabilização na transição para a criação de uma nova ordem social.

As artesãs preocupam-se com a transmissão de padrões, valores, costumes, em manter viva a tradição para as novas gerações que vivenciam os impactos da modernidade: “as jovens atualmente não querem aprender a bordar, costurar e nem ouvir nossas histórias. Quando a gente morrer quem fará as bonecas?” Existe a possibilidade de mudança de visões tradicionais, o que significa, enfrentar com determinação as múltiplas barreiras à participação integral, expressar sua autonomia, incorporar a alteridade, como valor fundamental; recuperar, assim, a dimensão alienada da cidadania.

SÍNTESE CONCLUSIVA

Num universo no qual se compreende cada vez mais a importância do trabalho decente no mundo produtivo como a única via sustentável para sair da pobreza, é crucial analisar o papel que desempenham as mulheres no mundo do trabalho. Para as artesãs, o “tempo do trabalho” e o “tempo da vida” estão interligados à sua própria subsistência. Resgatar a pluralidade na distribuição dos direitos e deveres é uma necessidade imposta pela modernidade.

Tradição e modernidade se imbricam produzindo contradições, engendrando transformações que permitem forjar novas identidades, fundindo a artesã e a camponesa.

Considerou-se importante resgatar a história, características, modos de vidas e padrões de relações sociais das artesãs do Grupo Renovação. O conhecimento de suas experiências oferece iluminações sobre processos que podem ser desenvolvidos no sentido de torná-las trabalhadoras mais combativas, ciosas de novas exigências face às tarefas de negociante.

Compreende-se que o progresso e a existência de um emprego pleno, produtivo e decente, que é uma nova meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, só serão possíveis se forem levadas em conta as necessidades específicas das mulheres nos mercados de trabalho.

NOTAS

1. O presidente da UNESCO, Kotchiro Matsuura, em seu pronunciamento por Ocasião do Dia Internacional da Alfabetização 2006 — 8 de setembro (08/09/2006), disse que a Organização considera alfabetizada a pessoa que possui a capacidade para ler e escrever — compreendendo — um enunciado em seu sentido breve sobre a vida cotidiana (MENSAGEM DO DIRETOR GERAL DA UNESCO, 2006). UNESCO no Brasil. Consultado em: http://www.brasilia.unesco.org/noticias/opiniaio/disc_mat/2006 (Setembro de 2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, Laurence (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BOSI, Ecléa (1979). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queirós.
- BOURDIEU, Pierre (1974). *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectivas.
- BRITTO DA MOTTA, Alda (1999). As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. Campinas, Unicamp, *Cadernos Pagu*, 13, pp. 191-221.
- BRUMER, Anita (1996). Mulher e desenvolvimento rural. In Cléo PRESVELOU; Francesca Rodrigues ALMEIDA & Joaquim Anécio ALMEIDA (orgs.), *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria (RS): Santa Maria Editora da UFSM, pp. 39-58.
- CANCLINI, Nestor Garcia (1983). *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- CASTEL, R. (1999). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro/Petrópolis: Editora Vozes.
- CASTELLS, Manuel (1999). O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In Manuel CASTELLS, *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, pp. 169-285.
- CRUZ, Maria Helena S. (2005). *Trabalho, gênero, e cidadania: Tradição, modernidade*. Aracaju: Editora UFS.
- DANTAS, Beatriz Góis (2006). *Rendas e rendeiras no São Francisco. Estudos e documento sobre a renda do bilro de Poço Redondo-SE*. Paulo Afonso-BA: Editora Fonte Viva.
- DINIZ, José Alexandre Felizola (1996). *A condição camponesa em Sergipe. Desigualdade e persistência da agricultura familiar*. Aracaju: Editora da Universidade Federal de Sergipe/NPGEO.
- DURHAM, Eunice R. (1984). *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva.
- FREITAS, S. M. de. (2002). *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado.
- HALL, Stuart (1999). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- LE GOFF, Jacques (1996). *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- LOBO, Elizatbeth Souza (1986). Caminho da Sociologia no Brasil: Modos de vida e experiência. USP, *Tempo Social, Revista de Sociologia*, 4, 1-2, pp. 7-15.
- LODY, Raul (1995). *Artesanato Tradicional: limiar entre nostalgia e mudança*. Comunicado Aberto, 27.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli (1993). Vão surgindo os sentidos. In Eni Pulcinelli ORLANDI, *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, pp. 43-57.
- PATEMAN, Carole (1993). *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra.
- SCOTT, Joan W. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre, *Educação e Realidade*, 16, 2 (julho/dezembro), pp. 14-26.
- SOIHET, Rachel (1998). História das mulheres e história de gênero um depoimento. Contemporânea. São Paulo, *Cadernos Pagu*, 11, pp. 77-87.
- WEBER, Max (1964). *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Econômica.
- WOOD, Stephen & JONES, Bryan (1984). Qualification tacites, division du travail et nouvelles technologies. *Sociologie du travail*, 4, pp. 407-421.

